

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2021

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D611 Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-029-9

DOI 10.22533/at.ed.299212904

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Inicialmente localizamos o leitor quanto ao contexto de organização desta obra; pois, nesse momento, (sobre)vivemos em um contexto pandêmico no qual os desafios enfrentados perpassam as “(...) relações entre a preservação da vida e as necessidades sociais tão preciosas a nós humanos, seres gregários que somos, bem como as dificuldade relativas ao trabalho, à economia e à sustentabilidade das instituições.” (GATTI, 2020, p. 30¹).

Neste contexto, é com entusiasmo de dias melhores que apresentamos o livro: **“Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação”** cujas temáticas focam a problematização da educação em relação as práticas, discursos, subjetividades e ideias, voltadas a formação de professores, gestão educacional, contexto pandêmico, inclusão, gênero e diversidade, ensino de Ciências e Matemática, práticas interdisciplinares, profissionalização e trabalho docente, Educação à Distância, entre outros.

Uma obra estruturada a muitas mãos e que tem por objetivo socializar as diferentes produções, desde relatos de experiências a textos de pesquisas, vinculados a diferentes instituições nacionais e internacionais, ampliando o olhar acerca das temáticas que evidenciamos anteriormente. O número expressivo de artigos encaminhados para este livro e os resultados aqui apresentados, revelou a relevância da temática e dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados por diferentes pesquisadores, bem como reafirma o entendimento da imprescindível necessidade de Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação.

Dessa forma, esperamos que esta obra seja a mola propulsora para futuras reflexões e inspirações para docentes em formação e/ou exercício da docência. Que ao ler os textos que apresentamos nesse volume inspiremos investigações e práticas exitosas, permitindo um ressignificar dos processos de formação, ensino e de aprendizagem. Os artigos que compõe este livro – cada um sob olhares, discursos, práticas, ideias e impressões de seus autores – buscam galgar por questões que inquietam o cotidiano social da educação, principalmente, contribuir com as discussões que promovam a qualificação do ensino no Brasil, reafirmando a necessidade de olhares mais apurado para subjetividade que compõem as diferentes práticas e discursos educacionais.

Nesse sentido, portanto, desejamos a todos uma ótima e profícua leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

1 GATTI, A. B. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. Estudos Avançados. vol.34 no. 100 São Paulo Sept./Dec. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TRABALHO DOCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO: PRECARIZAÇÃO, SOFRIMENTO E ESTIGMA	
Robson Sueth	
DOI 10.22533/at.ed.2992129041	
CAPÍTULO 2	19
NUEVAS FORMAS DE ASESORAMIENTO EDUCATIVO	
Tulio Barrios Bulling	
DOI 10.22533/at.ed.2992129042	
CAPÍTULO 3	34
A CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA NA PERSPECTIVA FILOSÓFICA	
Tiago Martins Dias	
Izalto Júnior Conceição Matos	
Paulo Martins Dias	
DOI 10.22533/at.ed.2992129043	
CAPÍTULO 4	49
MIDIATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE CIRCULAÇÃO DE SABERES EM CURSOS DE MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
Arnaldo Oliveira Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2992129044	
CAPÍTULO 5	58
O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA PERCEPÇÃO DE DISCENTES DO NÍVEL SUPERIOR DURANTE A PANDEMIA DO SARS-COV-2 EM UM CONTEXTO AMAZÔNICO	
Paulo Weslem Portal Gomes	
Arilson Jeans Monteiro dos Santos	
Mateus Silva Paixão	
Igor dos Santos Soares	
Davison Marcio Silva de Assis	
Paulo Wender Portal Gomes	
Luiza Helena da Silva Martins	
Alcindo da Silva Martins Junior	
Renata Valéria de Araujo Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2992129045	
CAPÍTULO 6	75
A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E OS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	
Ricardo Sérgio da Silva	
André Ricardo Nunes Nascimento	
Eliânica Rodrigues de Assunção	
Rosana Maria da Silva	
David Gadelha da Costa	

Daniel Leonardo Ramírez Orozco
Francisco Renato Silva Ferreira
Sivoneide Maria da Silva
Samuel Lima de Santana
Juliana Mendes Correia

DOI 10.22533/at.ed.2992129046

CAPÍTULO 7..... 86

**INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA EAD: UMA EXPERIÊNCIA DE MEDIAÇÃO COM
TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Maria Gorett Freire Vitiello
Eliza Adriana Sheuer Nantes

DOI 10.22533/at.ed.2992129047

CAPÍTULO 8..... 96

**UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS E INCLUSÃO DAS TIC'S NO ÂMBITO EDUCACIONAL,
NAS ESCOLAS PÚBLICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Alexsânia Araújo de Lima
Acylena Coelho Costa

DOI 10.22533/at.ed.2992129048

CAPÍTULO 9..... 110

HÁ LUGAR PARA O BRINCAR NO CURRÍCULO DA CRECHE?

Lenilda Cordeiro de Macêdo
Mariana Pereira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.2992129049

CAPÍTULO 10..... 122

**O USO DAS TECNOLOGIAS E OS DESAFIOS IMPOSTOS PELA PANDEMIA: O QUE
REVELAM PROFESSORES DE MATEMÁTICA DE UMA CIDADE DO SEMIÁRIDO
BAIANO?**

Ana Cleice Souza de Menezes
Américo Junior Nunes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29921290410

CAPÍTULO 11..... 134

O PAPEL DAS DIFERENTES MÍDIAS E SUA RELAÇÃO COM O CONSUMO NA INFÂNCIA

Barbara Bombonato
Bárbara Gabriele Camargo
Ana Carolina Kastein Barcellos

DOI 10.22533/at.ed.29921290411

CAPÍTULO 12..... 141

**INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA (SEGUNDA FASE
DO ENSINO FUNDAMENTAL)**

Adelmar Santos de Araújo
Madalena Pereira da Silva
Valdir Pereira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.29921290412

CAPÍTULO 13	150
<i>DISCURSO E CONSUMO CONSCIENTE: UM OLHAR VOLTADO À CULTURA DE CONSUMO DE MODA</i>	
Isabella Filipini Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.29921290413	
CAPÍTULO 14	159
CONTRIBUCIONES DE LA FOTO-ELICITACIÓN A LA FORMACIÓN REFLEXIVA DEL PSICOPEDAGOGO	
Laura Barrios Valenzuela	
DOI 10.22533/at.ed.29921290414	
CAPÍTULO 15	181
A INCLUSÃO COMO MATRIZ DE EXPERIÊNCIA: JOGOS DE PODER, SABER E ÉTICA	
Adriano de Oliveira Gianotto	
DOI 10.22533/at.ed.29921290415	
CAPÍTULO 16	196
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS DA DEFICIÊNCIA E DA INCLUSÃO	
Alliny Kássia da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.29921290416	
CAPÍTULO 17	207
PROJETO DE MONITORIA DE MATEMÁTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Anna Luiza Alino dos Santos	
Claudia Brunosi Medeiros	
Ana Beatriz Vasconcelos Pereira	
Barbara de Falchi	
Gabriel Di Angelo Martins Tognato	
DOI 10.22533/at.ed.29921290417	
CAPÍTULO 18	213
PAZ E SUSTENTABILIDADE NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS	
Cristiane de Souza Amaral Hax	
Jefferson Marçal da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.29921290418	
CAPÍTULO 19	225
O ENSINO DE HISTÓRIA E A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.29921290419	

CAPÍTULO 20	232
NOÇÕES DE ESTATÍSTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS ANOS INICIAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Vera Debora Maciel Vilhena	
Maria de Fátima Vilhena da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.29921290420	
CAPÍTULO 21	243
REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR E ESTRESSE	
Viviane Bernadeth Gandra Brandão	
Jessyca Viviane Torres de Souza	
Lucianna Aparecida Fernandes Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.29921290421	
SOBRE OS ORGANIZADORES	255
ÍNDICE REMISSIVO	257

CAPÍTULO 1

TRABALHO DOCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO: PRECARIZAÇÃO, SOFRIMENTO E ESTIGMA

Data de aceite: 28/04/2021

Data de Submissão: 12/04/2021

Robson Sueth

Pesquisador – NEPES/UFF
ID Lattes: 9596111822486998

RESUMO: O presente capítulo desdobra-se de uma pesquisa mais abrangente versando sobre o controle do trabalho docente na pós-graduação *stricto sensu*. Dessa pesquisa extraiu-se dados do cotejamento realizado entre dois programas de pós-graduação em educação das esferas pública e privada no Estado do Rio de Janeiro, visando investigar as condições do trabalho docente, discutindo a intensificação e precarização evidenciadas, baseando-se nos achados de Sguissard e Silva Junior (2009) e achados atualizados por meio de entrevistas a quatro coordenadores e dez professores-pesquisadores desses programas. Além do estudo de cotejamento foram identificadas situações de sofrimento e estigmatização submetendo professores-pesquisadores. Também pressupõe intensificação e precarização do trabalho docente ocorridas em decorrência da pandemia por coronavírus nos anos de 2020 e 2021.

PALAVRAS - CHAVE: Trabalho docente, pós-graduação, precarização, sofrimento, estigma.

TEACHING WORK IN POST GRADUATION: PRECARIZATION, SUFFERING AND STIGMA

ABSTRACT: This chapter unfolds from a more comprehensive research dealing with the control of teaching work in the *stricto sensu* graduate program. From this research, data were extracted from the comparison between two graduate programs in education in the public and private spheres in the State of Rio de Janeiro, aiming to investigate the conditions of teaching work, discussing the intensification and precariousness evidenced, based on the findings de Sguissard and Silva Junior (2009) and findings from 2017 through interviews with four coordinators and ten teacher-researchers from these programs. In addition to the comparison study, situations of suffering and stigmatization were identified, subjecting professors-researchers. It also presupposes intensification and precariousness of the teaching work that occurred as a result of the coronavirus pandemic in the years 2020 and 2021.

KEYWORDS: Teaching work, graduate studies, precariousness, suffering, stigma.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo foi realizar um estudo de cotejamento sobre as condições do trabalho docente na pós-graduação *stricto sensu*, em educação, entre as realidades pública federal e privada, no Estado do Rio de Janeiro, e a realidade evidenciada por Sguissard e Silva Junior (2009) em seu estudo

“Trabalho intensificado nas federais – pós-graduação e produtivismo acadêmico”. O referido trabalho foi realizado em sete universidades federais da região sudeste que como um de seus desdobramentos abordou as condições de trabalho dos professores universitários dessas instituições.

Nos interessa o contexto específico que tratou da intensificação e precarização do trabalho que se evidenciaram no cumprimento das atribuições cotidianas dos professores e dentre elas o processo de produção acadêmico-científico. Essa análise realizada por esses autores, associando o processo de produção acadêmico-científico e a intensificação e precarização do trabalho nessas instituições, foi feita “não porque o processo científico-acadêmico deva pressupor a concomitância de um processo de intensificação e precarização do trabalho”, mas porque essa concomitância e imbricação foram identificadas nas circunstâncias estruturais e conjunturais que conformaram esse processo no período de tempo (1995-2005) estudado pelos autores (SGUISSARD; SILVA JUNIOR, 2009, p.165).

A intensificação e a precarização do trabalho se destacaram no conjunto dos depoimentos dos entrevistados numa realidade em que o “tempo da economia determina o tempo da universidade”, isso

transforma a prática universitária cotidiana e vai construindo nova concepção de universidade sem resistência e com muita adesão passiva, em razão da forma como os professores encaram o processo de produção acadêmico-científico, em geral sem crítica do modo como se organiza essa atividade (SGUISSARD; SILVA JUNIOR, 2009, p.166)

Nesse contexto, para esses autores, a responsabilidade pela elevação do grau de exigência do que se requer dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* é atribuída à CAPES; a intensificação do trabalho deu-se também com o aumento de qualificação dos professores, sugerindo que quanto maior for a qualificação, maiores serão as atribuições; a intensificação do trabalho na universidade cumpre padrões externos que não demandam de decisões autônomas, mas de determinações heterônomas de agências de fomento e avaliação, órgãos públicos e empresas privadas que financiam as pesquisas e estabelecem ritmos e prazos.

As condições de trabalho apuradas por esses autores e que se constituem em precarização relacionam-se às questões de infraestrutura, de laboratórios, de salas de aula, salários e planos de carreira. Sobre os espaços físicos, número insuficiente de funcionários para as atividades meio, serviços de telefonia e equipamentos precários e as soluções condicionadas a projetos e a demandas individuais ou de grupos de pesquisa. Isso depende de esforços do pesquisador, configurando-se numa forma de precarização.

Segundo esses autores, o número reduzido de funcionários administrativos transfere para o professor muitas tarefas que em tese seriam realizadas pelos servidores. Dentre essas tarefas, tem-se a preparação gráfica das provas, de textos para leitura e discussão nas aulas, a inserção de notas eletronicamente, o preenchimento de formulários eletrônicos, o

preenchimento do currículo lattes, relatórios de pesquisa e outros documentos exigidos. Somado a isso, os investimentos para a compra de computadores, papel, impressora, toner, programas operacionais e antivírus.

Por meio de pesquisa visando fundamentar sua tese de doutoramento, intitulada Controle do Trabalho Docente na Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Análise das Políticas de Avaliação e Desdobramentos Profissionais, Sueth (2017), dentre as análises realizadas contemplando as orientações de quatro contextos do referencial analítico do Ciclo de Políticas, formulado por Ball e Bowe (1992), também realizou um estudo de cotejamento entre instituições da esfera pública e da esfera privada, inicialmente levantando as condições de trabalho do professor credenciado da pós-graduação *stricto sensu* com base nos achados de Sguissard e Silva Junior (2009) e, posteriormente, buscando evidenciar (1) a realidade de sofrimento experienciada pelo professor-pesquisador da pós-graduação, com base nos estudos de Dejours sobre a psicodinâmica e psicopatologia do trabalho, e (2) o contexto no qual esse mesmo professor credenciado da pós-graduação esteja sendo submetido a estigmatização de acordo com a obra “Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada”, de Goffman. Desse estudo, extraiu-se o conteúdo que consubstancia o presente texto.

Metodologicamente, como um estudo multimétodos, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com coordenadores e professores credenciados de programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, os dados foram obtidos de dois coordenadores e cinco professores da esfera pública federal e as mesmas quantidades de respondentes da esfera privada, totalizando quatro coordenadores e dez professores. Os dados foram submetidos às etapas da análise de conteúdo formuladas por Bardin (2011) e operacionalizados pelos *softwares Iramuteq e Wordclouds* de análise textual, permitindo análises estatísticas textuais, pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras.

Além da introdução e das considerações finais, o capítulo está organizado em outros dois títulos: A precarização do trabalho docente, o estigma e o sofrimento na pós-graduação *stricto sensu*.

Contemplando o critério de não identificação dos respondentes, nas coordenações dos programas de pós-graduação em educação pesquisadas, entre coordenadores atuais e ex-coordenadores imediatamente substituídos, entrevistamos dois professores do gênero masculino e dois do gênero feminino, denominados de coordenadores 1 e 2, da esfera privada, sendo um do gênero feminino e o outro do gênero masculino, e 3 e 4, da esfera pública federal, sendo um do gênero masculino e o outro do gênero feminino. Os professores também foram denominados professores de 1F a 5F da esfera pública federal, sendo um do gênero masculino e quatro do gênero feminino e de 1P a 5P da esfera privada sendo dois do gênero masculino e três do gênero feminino.

2 | A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Pelo que parece, o tempo passou, mas os problemas se mantiveram na dimensão pública federal, de acordo com o que descreveram Sguissard e Silva Júnior (2009). Os professores da esfera pública ainda confirmam a existência de precarização, que pode ser notada em diferentes situações por eles divulgadas.

A precarização divulgada pelo professor 1F diz mais sobre a intensificação do trabalho. Pelo que se apurou nas respostas das entrevistas com os coordenadores, há professores que pouco se dispõem a realizar atividades decorrentes do funcionamento administrativo do programa. Nesse caso, os professores que demonstram sensibilidade ao cumprimento de prazos para responderem às demandas e dar pareceres técnicos ou compõem comissões diversas, ficam sobrecarregados com certas tarefas e sentem que lhe está sendo retirada uma parte do tempo que dedicaria às suas pesquisas.

Há observações relacionadas à ideia comum de precarização, segundo o professor 2F, a respeito de ambientes de trabalho inadequados como problemas quanto à climatização e limpeza dos espaços físicos, por exemplo. Outras situações observadas têm a ver com a insatisfatória atuação dos funcionários administrativos (servidores) em apoio aos docentes diante da burocracia que se desdobra de suas atividades e, novamente, a questão da intensificação por meio das numerosas atribuições e o escasso tempo para realizá-las.

A ausência de apoio institucional quanto à realização da pesquisa foi identificada pelo professor 3F como condição inadequada de trabalho. Pesquisadores e alunos bolsistas acabam realizando tarefas que em outras instituições são atribuições dos servidores, como o preenchimento de formulários e a inclusão de dados em relatórios administrativos.

A precarização também foi evidenciada como a falta de materiais e equipamentos na fala do professor 4F. Os grupos de pesquisa com projetos financiados montam espaços compartilhados de estudo porque não há, institucionalmente, outra maneira de obter recursos para equipar salas destinadas às pesquisas. Quase todos os equipamentos nas salas de estudo dos grupos de pesquisa foram obtidos a partir de verbas de pesquisa provenientes de editais de fomento: computadores, *tablets*, máquina fotográfica, impressoras. E quando não se tem verba de pesquisa, sai do bolso do pesquisador.

Além disso, o cumprimento das 40 horas semanais de trabalho é um problema se o pesquisador precisar usar a *internet* no ambiente universitário, que nem sempre funciona. Isso é precarização. Ainda houve registro de equipamento solicitado ao órgão competente da instituição ser substituído por outro que supostamente pudesse atender a necessidade do programa com função alternativa. Foi o caso da solicitação de compra de um quadro multimídia para a sala de defesa de teses e dissertações ter sido substituído por um aparelho de televisão com tela de grande dimensão. Nesse contexto, os professores são obrigados a criar as suas condições de trabalho a partir dos financiamentos de seus projetos, pois os programas não atendem as suas necessidades.

O professor 5F confirma as formas de precarização já divulgadas por seus colegas de programa, ao mencionar problemas com a climatização das salas de aula e a inexistência de apoio administrativo por parte dos servidores. Também mencionou a falta de material de consumo e de equipamentos de uso diário como computadores e impressoras, além da falta de cartuchos de tinta e papel. E registrou a dificuldade de trazer professores de outras instituições para compor bancas avaliadoras de mestrado e doutorado.

Também houve queixa sobre o sistema operacional da secretaria do programa estar permanentemente com problemas. Isso acarreta em retrabalho para o professor que tem que reenviar notas de alunos e outras burocracias. Quando não há mais prazo para concluir as exigências acadêmicas do período letivo começa uma correria para completar lacunas e informações pendentes.

Há uma expectativa de se encontrar um ambiente de trabalho propício a resultados de qualidade na pós-graduação *stricto sensu*. As pós-graduações no exterior colocam os nossos pesquisadores em contato com recursos de última geração tecnológica e ao retornarem para as suas instituições se deparam com ambientes e equipamentos incompatíveis com as necessidades que se apresentam e com o uso de novas tecnologias que tiveram a oportunidade de se apropriar.

Situações que podem parecer insignificantes são sinais de precarização. Por exemplo, a arte gráfica de um *folder* que vai divulgar um evento terá de ser elaborado pelo pesquisador ou por algum de seus bolsistas de pesquisa ou de monitoria que tenha noção de *design* gráfico, nesse caso realizando uma atividade como desvio de função do bolsista. Pode parecer saudosismo, mas não existe mais o cafezinho institucional e nenhum funcionário “recebe pra fazer café”. Alunos vão até à comunidade solicitar doações para ser possível oferecer uma mesa de lanche nos eventos programados ou eles próprios e o pesquisador responsável devem providenciar os insumos para isso.

Na esfera privada os professores, na maioria, não percebem precarização de seu trabalho. Para alguns a situação de precarização apontada refere-se à quantidade de orientandos que possuem.

O professor 1P, mesmo não identificando situações de precarização em sua instituição, sugere pensar que poderia ser considerada precarização do trabalho as disputas internas de poder que ocorrem no programa entre linhas de pesquisa e colegas. Nesse caso, trata-se, então, de um ambiente desfavorável ao convívio respeitoso e solidário entre colegas.

Nesse ambiente percebeu-se formas de preconceito com relação à instituição na qual o professor se tituló, valorizando-se os títulos de instituições segundo critérios subjetivos de consideração. Isso é percebido mesmo que o professor tenha se titulado numa instituição de tradição e ter sido orientado por um professor reconhecido na área de Educação. Se isso for considerado uma situação de precarização, então vai além da produtividade. Passa pela disputa de poder e se torna perverso. São coisas do ser humano que chegam ao contexto da discriminação.

Na percepção do professor 2P, confirmando não ser observada precarização na instituição privada, as condições a que qualquer empresa está propensa de ser submetida podem gerar precarização. Sua apreensão se desloca para o futuro, tendo em vista o comportamento empresarial mais rigoroso no contexto educacional promovendo um cenário de maior pressão por produtividade do que se observa atualmente.

Corre-se o boato de que o grupo de investidores que está incorporando a universidade, vai passar a exigir a atuação dos docentes credenciados também na graduação, com carga horária distribuída na proporção 20/20. Segundo o entrevistado, isso se aproximaria de uma situação de precarização tornando-se um segundo emprego no mesmo contrato de trabalho.

Esse professor reconhece que essa situação ocorre em outras universidades e pensa que atuar nos dois níveis prejudicará a sua dedicação à pós-graduação. Alega que o aumento de orientandos pode desencadear precarização. Divulgou que antes eram cinco e passaram para oito e afirma que há notícias de aumentar ainda mais o número de orientações. O professor 5P reforça essa situação futura do aumento do número de orientandos como precarizante.

Com as possíveis mudanças trabalhistas que tramitam no congresso nacional, esse professor também conjecturou um tipo de professor sem vínculo empregatício ministrando aulas em diversas instituições como um prestador de serviços contratado por uma empresa que vai terceirizar as suas atividades profissionais. Como se fosse, segundo ele, um “professor uber¹”, cadastrado num banco de dados e escalado conforme o seu perfil técnico-profissional. Uma nova forma de precarização pela perda de direitos trabalhistas outrora conquistados, como férias e décimo terceiro salário.

Essa situação já ocorreu na universidade pública, com relação às funções de serviços, que foram terceirizadas. Se essas ideias persistirem, a carreira docente também poderá ser terceirizada passando a integrar uma agência de professores, numa realidade bastante competitiva.

Outra situação divulgada foi a inexistência de apoio financeiro para a participação em eventos científicos. As participações dos docentes nesses eventos têm sido autossustentadas, na maioria as vezes, ou sustentadas por projetos financiados pela FAPERJ, pela CAPES, ou pelo CNPq. Entendemos que as trocas de ideias e as parcerias entre pesquisadores nos âmbitos nacionais e internacionais se dão mais fortemente nos eventos científicos. Sendo assim, os eventos são locais privilegiados onde os pesquisadores podem concretizar laços com outros pesquisadores e aproximar possibilidades de pesquisas conjuntas.

Nesse sentido, a falta de patrocínio dessa instituição de ensino e pesquisa visando encontros entre os seus pesquisadores e pesquisadores de outras instituições é uma atitude

1 Tal qual a empresa que oferece transporte de passageiros por meio de um aplicativo gratuito nos celulares, analogamente o professor uber passaria a ser contratado por meio da solicitação direta à agência a qual estiver vinculado porque, segundo a nova proposta de reforma trabalhista, o professor perderia parte das garantias de emprego e teria reduzidos significativamente seus direitos de empregado, segundo o professor entrevistado.

que caminha contrariamente aos esforços desses pesquisadores em avançar e aprofundar suas pesquisas, promover o nome de seu programa de pós-graduação e da sua universidade e conquistar avaliações positivas sobre a sua produção acadêmica e sobre as condições de oferta dos cursos de pós-graduação da instituição que representa.

Buscando conhecer essa realidade segundo a percepção dos coordenadores dos programas de pós-graduação investigados, foram também registradas situações de precarização que reforçam os achados de Sguissard e Silva Junior (2009).

A precarização, na visão do coordenador 1 se localizou na mudança do número de orientações que aumentou a partir de 2010. Mas não identificou o tipo de desdobramento decorrente desse aumento de orientações. Imagina-se que isso deva ser um tipo de precarização, ao se considerar as dificuldades na elaboração dos textos das dissertações e teses. Além de reconduzir raciocínios, em alguns casos requer-se do orientador reescrever trechos enormes de dissertações e teses, corrigindo erros de ortografia, de concordância, além de problemas conceituais. Isso torna muito mais trabalhosa a orientação, tomando muito tempo do orientador.

O que se extraiu da fala do coordenador 2 foi que mais do que a precarização do trabalho, vivencia atualmente na universidade a precarização das relações interpessoais. Isso se dá por conta das disputas internas de poder que podem ser observadas entre pesquisadores, tornando o ambiente de trabalho desfavorável à troca de ideias e à possibilidade de parcerias. Essa posição confirma um comportamento que tem sido observado por pesquisadores da esfera privada, também divulgado pelo professor 1P.

A posição do coordenador 3 faz referência à situação deflagrada no estudo de Sguissard e Silva Junior (2009) sobre o aumento de ingressantes na pós-graduação em torno de 112% e a quase manutenção da estrutura dos programas com aumento de apenas 11% do número de professores, tendo a relação alunos/professor aumentado em 36%, na esfera pública federal. Foi, sem dúvida, um descompasso por não se considerar a desproporção que se estabeleceu na relação alunos/docentes na esfera pública. Para esse coordenador isso só foi possível porque a comunidade acadêmica não se manifestou contrariamente a essa situação na época em que deveria, acabando por aderir a ela sem resistência.

Esse coordenador é de opinião que os professores também agravam certas situações de precarização. Por exemplo, há espaços físicos mal aproveitados e há demanda por espaços físicos para contemplar professores credenciados de outras instituições atuando no programa, principalmente para realizar as orientações. Há gabinetes reservados para grupos de professores que não são utilizados por eles. Diante dessa demanda, esses professores não disponibilizam os gabinetes como espaço coletivo para os professores “de fora” terem um local que se destine às suas orientações. Dessa forma, o que poderia ser feito para minimizar algumas incongruências, conflitos ou algum mal-estar, com algumas contribuições, não é feito.

O coordenador 4 reforça a posição dos professores da esfera pública ao divulgar

situações de precarização relacionadas à infraestrutura da universidade, identificando problemas quanto as instalações e aos recursos financeiros, materiais e humanos.

Uma situação que acaba se transformando numa forma de precarização na esfera pública federal é a falta de funcionários administrativos para atender necessidades burocráticas que se desdobram das atividade de rotina do programa. Isso se deve à impossibilidade da coordenação ter participação, por exemplo, na definição dos períodos de gozo das férias desses funcionários. Não há como decidir por férias coletivas, de acordo com o calendário administrativo ou letivo. As decisões são individualizadas, garantidas pelos direitos trabalhistas. Assim, a realidade administrativa se precariza.

Por exemplo, houve uma situação de três funcionários gozando férias no mês de janeiro de 2016, que é período letivo e administrativo pelo calendário institucional, ocorrendo no mesmo tempo da urgência do preenchimento da Plataforma Sucupira e de várias defesas de dissertação e tese em cumprimento dos rigorosos prazos de conclusão dos cursos de mestrado e doutorado. Isso parece não ter sentido.

A participação em bancas de exames de projeto e de qualificação, assim como em bancas de defesa de teses e dissertações pode ser considerada uma situação de precarização. O professor não recebe para participar de bancas para as quais tenha sido convidado. Fora de seu domicílio, em outro estado, o transporte e a alimentação ficam por conta do anfitrião e a hospedagem é paga por meio de uma diária que não cobre a despesa. Mas, as despesas do seu deslocamento de sua casa até o aeroporto são custeadas por ele. Essa é uma forma de contribuição que passa pela solidariedade comungada pelos pesquisadores. Na maioria das vezes os participantes de bancas acabam pagando para participar das defesas para as quais são convidados, além do trabalho da leitura crítica realizado. Isso não seria também uma forma de precarização?

Uma situação que o estudo de Sguissard e Silva Junior (2009) apontou configura-se num estado permanente de pressão que tem origem nos papéis das agências reguladoras e de fomento externas e da própria universidade sobre o processo acadêmico-científico da pós-graduação. Isso confirma um clima de estresse que submete o professor ao cumprimento dos prazos e da quantidade de publicações que tem que realizar durante o período destinado à avaliação da sua produtividade, agora quadrienal.

Dessa realidade se desdobram reações orgânicas e psicossomática enquanto respostas a pressões externas e de saturação dos mecanismos de resistência do corpo. Isso pode invariavelmente desencadear episódios de descontrole e desequilíbrios percebidos internamente ou notados pelos outros. Para esses autores, o desarranjo da jornada e a semana de trabalho, assim como as recorrentes referências a estresse e a doenças profissionais decorrentes das mudanças na prática universitária, tiveram como causadores o monitoramento das agências externas de regulação e controle.

Mas, os professores continuam se submetendo a essas condições de trabalho sem resistência. E, mais ainda, numa realidade de precarização do trabalho. Para os autores, essa demonstração de conformismo ou alienação lhes parece ter relação com o prazer pelo trabalho e

que, se transformado em paixão, pode liberar eventuais transgressões das regras da convivência familiar e das relações de trabalho. Essas atitudes, para eles, podem ser vistas como formas de sublimação por compensar um mal tido como um bem. A sublimação, compensação ou prazer pelo trabalho, apesar da intensificação e da precarização, podem ser considerados como antídotos contra as doenças físicas ou mentais.

No estudo desses autores, extraído da fala dos entrevistados, aparece a crescente incidência de doenças de cunho depressivo e a necessidade de se fazer uso de medicamentos ansiolíticos. Diante disso, buscamos evidenciar se essa realidade se manteve na esfera pública e se também ocorria na esfera privada como decorrência da pressão exercida para o cumprimento dos critérios de produtividade formulados pela CAPES.

Na esfera pública federal, um dos professores entrevistados admitiu ter sofrido de distúrbios físicos relacionados a problemas digestivos e musculares. Esse professor declarou conhecer professores que desenvolveram nódulos nas costas e na cabeça provenientes de tensão no trabalho. Considerando que certas manifestações do corpo podem se desenvolver em decorrência de respostas do sistema nervoso e que a pressão por publicação pode desencadear alterações no sistema nervoso, então, nesse círculo de ação e reação é possível concordar que esses distúrbios revelados podem ter origem no estado emocional que o professor desenvolve frente as cobranças que sofre para cumprir os critérios de publicação.

A intensificação do trabalho também pode impedir que as pessoas desenvolvam práticas visando à manutenção da saúde ou prevenção de doenças e, por isso, acabam desenvolvendo certas enfermidades que surgem da descontinuidade, por exemplo, de exercícios físicos ou decorrem de hábitos alimentares irregulares e inadequados. A priorização do trabalho em detrimento de práticas saudáveis de alimentação, como fazer regularmente as principais refeições e de praticar atividades físicas com frequência pode favorecer o aparecimento de certas doenças. Nessa perspectiva, o estado emocional pode ser alterado e sabe-se lá o que vai acontecer como reação do organismo.

Na esfera privada, um episódio de estresse foi divulgado tendo se desenvolvido numa realidade de pressão por publicação e numa concepção de que o emprego esteja dependente da produção bibliográfica. Outro depoimento deu conta de crises de coluna e problemas digestivos que se desenvolveram num clima de extrema pressão por publicação. Devemos pensar que o ambiente de trabalho tem favorecido esses tipos de doenças pelo estado constante de ansiedade vivenciado pelo professor da pós-graduação que precisa publicar para manter o seu emprego na esfera privada.

Em tempos de pandemia, fundamentado na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas visando o enfrentamento da situação proveniente do coronavírus, é aprovada a Medida Provisória - MP 934/2020 que suspende a obrigatoriedade de 200 dias letivos no ano de 2020. Nesse contexto, os sistemas escolares passaram a empregar o ensino remoto. E, ainda, dentre outras disposições, a MP dispensa as

instituições de educação superior, em caráter excepcional, do cumprimento da obrigatoriedade de mínimo de dias letivos, nos termos das normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.

A partir daí os professores, diante das suas numerosas e conhecidas atribuições, passam, também, a ministrar as suas aulas em regime não presencial, sendo, então, obrigados a utilizar das ferramentas que favorecem a aprendizagem no contexto do ensino a distância. São, então, acrescidas ao seu universo de trabalho, por exemplo, a gravação de aulas e edição de vídeos, preenchimento de diários *on line*, elaboração de apostilas, organização de grupos de *whatsapp*, troca de mensagens em contexto privado, realização de tutorias, aulas *on line*, reuniões virtuais, replanejamento das atividades escolares e elaboração de relatórios diversos, dentre outras atividades. E, ainda, diante dessa nova realidade, sentem necessidade de realizar cursos que abrangem as tecnologias da informação e comunicação, e as metodologias ativas. Isso demonstra, mais uma vez, a intensificação do trabalho e, como sempre, acompanhado de precarização.

Se a realidade que se refere a equipamentos e a sistemas com base nas tecnologias da comunicação, e ao insuficiente apoio técnico que já se apresentava numa situação de precarização na esfera pública, é possível imaginar todos os professores, ao mesmo tempo, tendo de dar conta do estudo dos conteúdos de suas disciplinas com vistas na consolidação dos semestres letivos a partir de 2020. Essa condição nos parece agudizar, ainda mais, a intensificação e precarização do trabalho docente nas universidades públicas.

3 | O SOFRIMENTO E O ESTIGMA NA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Sabemos que, segundo Dejours (1992) e Dejours; Abdoucheli; Jayet (2007), estudando a psicodinâmica do trabalho, as atividades profissionais podem trazer prazer ou sofrimento. Reafirmando, o sofrimento no trabalho está relacionado às condições do trabalhador com base em sua trajetória de vida ao longo do tempo e de acordo com as experiências vividas por ele em cada época, por meio de suas relações no contexto diário de trabalho, ocupando posição central em seus estudos. Entende tratar-se de um estado de luta do sujeito contra forças que o conduzem em direção à doença mental.

Nesse sentido, fomos em busca de respostas, junto aos coordenadores de programa, professores da esfera pública federal e da esfera privada, quanto a conhecerem, em suas realidades profissionais, algum professor que tenha passado ou esteja passando por sofrimento em decorrência de exigências por publicação na pós-graduação *stricto sensu*.

De acordo com os depoimentos dos coordenadores de programa, as posições não se referem diretamente a qualquer forma de sofrimento percebida por eles, mas, situaram-se na pressão por publicação, nas relações interpessoais e na intensificação do trabalho. Um dos coordenadores declarou que há queixa pelo excesso de trabalho, mas que os professores, de uma forma ou de outra, cumprem suas responsabilidades. Uma atribuição que não deveria

fazer parte das atividades docentes é a preocupação com os alunos, no sentido de preservar sua permanência no programa porque são pagantes. Além dos professores serem cobrados de ministrarem excelentes aulas têm de trabalhar com turmas grandes. Nesse ambiente, são pressionados a manter a qualidade. Segundo esse coordenador, “o pior é você ser pressionado e fazer mal feito”.

Outro coordenador identificou formas de sofrimento nos professores. Estabeleceu uma separação entre as relações no trabalho e a realização do trabalho em si. Afirmou presenciar problemas de pessoas ficarem doentes por várias razões. Para ele, os professores em geral, em todas as categorias, são os que mais tem problemas de doença psicossocial e o seu trabalho tem várias razões para ser estressante. Por exemplo, se trabalha numa zona de conflagração do tráfico ou se atua num ambiente em que a guerra por razões pessoais é permanente entre os professores. Para ele não é a produtividade, mas a cobrança de produtividade é que está fazendo a pessoa adoecer. São as guerras internas. Isso confirma a pesquisa de Dejours ao dizer-nos que as condições de trabalho causam sofrimento.

A competitividade instaurada no campo universitário, como também as disputas de poder e de ego, certamente são situações que vão desencadear algum tipo de interferência no aparelho psíquico do professor. O fato de não conseguir contemplar as suas expectativas sobre seu favorável desempenho acadêmico, vai gerar alguma enfermidade.

Os outros dois coordenadores afirmaram que o professor da pós-graduação trabalha muito. Para um deles, porque falta definição da carreira, da profissão docente na universidade pública pela inflação de demandas que o professor incorpora, segundo as regras de progressão na carreira.

Pode-se, então, interpretar que mesmo os coordenadores não declarando objetivamente que percebem sofrimento por parte dos professores, as relações interpessoais conflituosas, a intensificação e a precarização que se estabelecem no ambiente do trabalho, além da pressão por produtividade, acabam por desencadear um universo hostil ou, pelo menos, conturbado, que pode causar processos de estresse e afetar o sistema psíquico desenvolvendo doenças.

Em outra perspectiva, extraiu-se do depoimento de um professor da esfera pública federal que existem professores que se sentem humilhados, professores que nunca conseguem se credenciar na pós-graduação. Professores que se aposentam antes de realizar o sonho de atuar na pós-graduação porque têm outro tipo de produção que não se coaduna com as produções exigidas para efeito de pontuação segundo os critérios de publicação da CAPES.

Outro depoimento do professor 3F revela que percebe muita reclamação e pesquisadores demonstrando cansaço e desgastes físicos e mentais segundo ele: “No fim de semana, você liga para as pessoas e elas estão fazendo o quê? Estão trabalhando. Essa conversa é comum. Tirei férias e não consegui ficar uma semana sem trabalhar”. Diante disso, em que medida

essa situação de intensificação do trabalho na pós-graduação pode estar se transformando em sofrimento? No caso específico desse professor, que durante a entrevista olhava sempre para o seu relógio foi realizado o seguinte diálogo:

- Desculpe, professor, se estou retirando parte do seu tempo com essa entrevista. Mas eu não poderia perder o seu depoimento.

- Não, não está não. Estou me sentindo à vontade, pode deixar. Estou tomando conta da hora, mas eu vou fazer até o final, não se preocupe. Eu me atraso sempre, mas eu faço tudo. Veja bem, hoje eu só tinha um jeito, eu não marcar com você, porque eu tinha aula de 11h às 13h. Almocei nesse período de tempo. [a entrevista foi marcada para às 13h] Tenho uma reunião às 15h e outra às 17h. Amanhã eu dou aula de 7h da manhã às 8h da noite. Quando é que eu ia marcar com você? Quinta e sexta também dou aula. Eu me atrasei 10 minutos com você, vou me atrasar 10 minutos na reunião. É o jeito, fazer o quê?

Comprovada está a intensificação do trabalho. Mas, até que ponto essa correria contra o tempo para dar conta de uma rotina tão intensa não estaria retirando a tranquilidade desse professor, tornando o seu dia-a-dia estressante e acarretando sofrimento, mesmo que não tenha revelado ou percebido estar sendo submetido a ele?

Mais um depoimento reforça essa situação. Um professor declarou não conhecer algum docente passando por sofrimento, mas confirma ouvir comentários sobre um certo cansaço e um abrir mão inevitável de certas coisas. Reafirma que o professor de pós-graduação dificilmente tem um final de semana integral para descansar. Mas, é um pesar na balança e ver o que pode trazer de interessante, de desafiador. Isso lhe parece uma opção consciente.

Na esfera privada, o estresse parece estar se manifestando entre os professores. Um entrevistado declarou não reconhecer situações de sofrimento, mas admitiu conhecer muitos colegas que tiveram problema que afetaram seu estado emocional. Outros problemas também se manifestaram. Esse professor reconhece que problemas mentais e físico andam tão juntos às vezes que podem ser confundidos. Mas o estresse é uma constante por conta do cumprimento dos critérios de publicação.

Do depoimento de um professor que ocupou a coordenação adjunta do programa, obteve-se a posição de que, por ter acompanhado o processo de publicação dos docentes, no último ano de sua gestão, observou um aumento de sinais de estresse nos professores, por conta do peso dos critérios de produção bibliográfica. Isso foi observado em professores que têm muitas atividades e que dão muita atenção aos seus alunos. Esse respondente acredita que um diferencial do seu programa da esfera privada seja a atenção dedicada aos alunos. Orientação fornecida desde o início do curso.

Mais um depoimento recai sobre o estresse. Esse entrevistado acredita que o estresse pode desencadear numerosas doenças e divulgou que uma colega do programa da esfera privada falecera em decorrência de um câncer no primeiro semestre de 2016.

Com isso, nos remete a pensar que essa doença é autoimune, que a imunidade tem relação com questões emocionais, logo, com o aparelho psíquico e que uma das causas do câncer é o estresse. Estaria, então, sugerindo que há possibilidade de se desenvolver um câncer num ambiente de trabalho estressante no qual também se manifestam processos de somatização. Esse professor afirmou acreditar que há relação entre as condições de saúde na pós-graduação e o processo de produção que não diz respeito apenas à produtividade em si, mas ao processo de cobrança que se desdobra do sistema de avaliação que acaba por instituir um modelo de produção acadêmico-científica.

Consideramos pelo que já se sabe, por domínio público, que o estresse é uma resposta do organismo humano a intensas e prolongadas situações de pressão e tensão em decorrência das quais se desencadeiam reações fisiológicas, orgânicas e psíquicas, e que, diante disso, as pessoas buscam a superação ou adaptação às situações que lhe são impostas, também no ambiente de trabalho.

Dando-se a devida importância ao estresse como desencadeador de sofrimento, buscando-se fundamentação em Dejours *et al.* (2007), podemos afirmar que a prática do trabalho por meio das constantes e necessárias exigências relacionadas às atividades do trabalhador desencadeiam sofrimento. O sentimento de um possível fracasso diante dessas exigências, no caso do professor-pesquisador, por não contemplar as expectativas sobre o seu desempenho acadêmico, vai contribuindo com isso. Se as pressões exercidas sobre os professores credenciados da pós-graduação para publicarem desencadeiam situações que desequilibram o seu estado emocional lhe causando estresse, então, também lhe causam sofrimento.

Há duas formas de caracterizar os tipos de sofrimento produzidos no ambiente profissional do professor da pós-graduação. Relembrando Dejours *et al.* (2007), os tipos de sofrimento podem ser o patogênico ou o criativo. O sofrimento patogênico desencadeia-se do esgotamento das condições defensivas do trabalhador. Produz um tipo de sentimento de que os últimos recursos defensivos que lhe restam não foram compensados e isso contribui com o seu desequilíbrio psíquico, tendo como consequência uma gradativa ou violenta descompensação mental ou psicossomática e também o adoecimento. Nesse contexto, diante das pressões por produtividade direcionadas ao professor-pesquisador, por exemplo, isso vai lhe retirar a energia e a motivação de seguir em frente acarretando desprazer e tensões.

Segundo esse autor, quando não mais se consegue o rearranjo da organização do trabalho e com isso a relação do trabalhador com a organização do trabalho é interrompida, desencadeia-se o sofrimento. Ou seja, a energia e motivação de seguir em frente que não são descarregadas por meio das atividades laborais vão se avolumando no aparelho psíquico, levando a um sentimento de desprazer e tensão.

O sofrimento criativo tem a ver com o comportamento do trabalhador em desenvolver soluções efetivas de recuperação de suas condições saudáveis, buscando aumentar sua percepção de autoestima e reconhecimento de suas capacidades de resolver os problemas,

fazendo com que se lance à inovação, descobrindo soluções originais para as situações que enfrenta no ambiente de trabalho. Dessa forma, por meio de sua criatividade ou da criatividade de seus colegas de trabalho, podem surgir novas situações que tendem a transformar o sofrimento psíquico. O sofrimento, quando transformado em criatividade, contribui beneficiando a identidade e torna o indivíduo mais resistente quanto à desestabilização psíquica e somática. O trabalho, nesse caso, vai atuar como mediador da desestabilização e da fragilidade da saúde.

Utilizando os mecanismos desencadeados pelo sofrimento criativo, os professores-pesquisadores poderiam desenvolver alguma lógica que viesse contornar as causas de seu sofrimento e recuperar suas condições físicas, emocionais e, numa situação mais grave, a sua saúde psíquica.

Prosseguindo a análise do ambiente profissional na pós-graduação, buscamos saber se os professores já se sentiram discriminados ou se os coordenadores do programa tiveram conhecimento de algum docente credenciado ter sido tratado de maneira discriminatória, por seus pares, pelo fato de não conseguir atender aos critérios de produtividade, sob a justificativa de estar colocando em risco a avaliação positiva do programa de pós-graduação.

Na esfera pública federal, por parte dos coordenadores, uma posição foi apurada dando conta de ter havido tratamento discriminado com os professores antigos que não conseguiam produzir. Havia um mal-estar. Essa percepção fez exatamente esse coordenador decidir por isentar esses professores do cumprimento dos critérios de publicação. Para esse coordenador, há discriminação e desqualificação das pessoas em outros programas.

Já os professores da esfera pública disseram não ter recebido qualquer tratamento discriminatório por parte de colegas do programa, mas registraram conhecer colegas que foram discriminados e dentre eles um caso que teve como resultado o seu descredenciamento.

Outro caso relatado de discriminação, segundo o entrevistado da esfera pública, fez o professor sentir-se diminuído como se fosse mau caráter e incompetente porque não estava atendendo aos critérios de produção bibliográfica. Como se fosse uma pessoa de menor valor. Isso aconteceu mais de uma vez. Nesse contexto, pode-se perceber que aquele que recebe esse tipo de tratamento veste a carapuça e pode vir a sofrer de depressão. Por outro lado, a pessoa que produz acaba sendo levada a olhar para o outro como se ele fosse de categoria inferior. Inconscientemente, a pessoa acaba compactuando com esses valores distorcidos, vai no fluxo e acaba sendo cooptada por uma política perversa.

Na esfera privada, um professor divulgou ter sido tratado de forma discriminatória por não ter contemplado o número de publicações por ocasião da avaliação da CAPES.

Uma vez, eu estava com artigos que eu sabia que iam ser publicados, mas estavam demorando as respostas das submissões. Isso, no controle da coordenação mostrava minha produção baixa. De repente, publicaram internamente uma relação divulgando o número de produções de cada docente. Me senti exposta (professor 5P).

Outras duas respostas confirmaram a existência de tratamento discriminatório por pares na pós-graduação. Em um desses casos, o professor decidiu pedir aposentadoria. No outro depoimento, é confirmada a situação que instituiu uma lista, caracterizando a formação de um *ranking* entre professores do programa da esfera privada que divulgava o nome do professor, o número de produtos e os locais de publicação. Nessa relação, havia o nome de dois professores que ainda não haviam publicado naquele ano, expondo-os, assim, de maneira desnecessária.

Os coordenadores da esfera privada afirmaram não perceber que professores tenham sido tratados de maneira discriminatória por não terem conseguido cumprir os critérios de publicação. A divulgação da referida lista das publicações, ao invés de causar constrangimentos, na visão deles, pode ter tido a intenção de estimular um certo espírito de competição para publicarem. Por outro lado, pode ser interpretado como uma ameaça pública para forçar a publicação e, até mesmo, obter apoio coletivo caso seja decidido o descredenciamento de algum docente por improdutividade. Mas, essa exposição pública pode provocar um sentimento de estigma.

Nota-se claramente, na postura desses coordenadores, que eles já naturalizaram o discurso de produtividade da CAPES (2017), pelo fato de usarem a estratégia de divulgarem a lista de produtividade, que ao invés de se tratar de uma exposição da condição produtiva de cada pesquisador seja considerada como uma forma de estimular a produção dos docentes e, assim, continuar-se cumprindo os critérios de produção bibliográfica.

A forma como interpretamos e valorizamos os atributos das pessoas pode se constituir em estigma. De acordo com Goffman (2004), isso quer dizer que a identidade social virtual está relacionada às expectativas que fazemos sobre as características que desejamos encontrar numa pessoa quando com ela nos relacionamos, enquanto a identidade social real é resultado da identificação das características verdadeiras evidenciadas nessa pessoa. Quando interpretamos essas identidades de formas diferentes e prejudiciais estamos estigmatizando a pessoa.

A respeito dos estigmas, de acordo com Goffman (2004), quando o estigmatizado consegue reconhecer que a sua característica distintiva é de conhecimento de todos ou imediatamente se evidencia, fica caracterizado o estigma do tipo desacreditado. Se a característica distintiva não é nem percebida e nem imediatamente perceptível por outras pessoas, o estigma é do tipo desacreditável. O estigma emerge numa situação em que há uma expectativa geral de que os que estejam numa determinada categoria deveriam cumprir a norma, ao invés de apenas apoiá-la.

Para esse autor, o estigma desvaloriza o indivíduo, tocando-o internamente de forma tão significativa, que ele chega a se sentir um ser diferente da raça humana, inferior aos considerados normais. Na condição de desacreditado, o estigmatizado tende a sofrer com sentimentos de natureza depressiva como ansiedade, pudor, medo, menosprezo. Esse tipo de sentimento foi percebido em uma das situações divulgadas na esfera privada.

Esse episódio que envolveu esse professor pode ser interpretado como tendo passado pela condição de “estigmatizado desacreditado” ao conviver num contexto de assujeitamento que aguarda por aceitação de seus pares do programa que criam expectativa e atitude de controle sobre as suas publicações. Estaria, então, esse professor sofrendo por estigmatização e manifestando alguma forma de depressão desencadeada pela ansiedade de ter a sua não produção divulgada, além de desenvolver certo medo por ser aquele que não conseguiu publicar.

Para Goffman (2004), independentemente de reconhecer o seu estigma, é preciso que o estigmatizado saiba lidar com as emoções diárias que surgem do tensionamento das relações com as outras pessoas consideradas não estigmatizadas. Os estigmatizados nessas duas formas convivem com aqueles considerados não estigmatizados de uma maneira que o estigma seja encarado como algo que não os atinge mais porque a relação tende a sofrer uma normalização. No momento do estabelecimento do estigma, estigmatizados e não estigmatizados podem sofrer com isso. Com o passar do tempo e com a convivência entre eles, o estigma vai sendo considerado como algo comum, e eles acabam por superar as diferenças e a situação torna-se acomodada.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente as atividades laborais requeridas para dar conta dos contextos de ensino, orientação, coordenação de grupos de pesquisa, intercâmbios nacionais e internacionais, produção científica e participação em eventos qualificados da área, como também considerando as condições do seu ambiente de trabalho, é possível admitir o estado de desajuste e de estresse ao qual se submete o professor-pesquisador desdobrando-se em um estado de desconforto pessoal e profissional.

Da análise realizada empregando-se os respectivos procedimentos metodológicos sobre os depoimentos obtidos dos respondentes e de acordo com as contribuições teóricas de Dejours e Goffman, foi possível concluir que o professor-pesquisador da pós-graduação *stricto sensu* vem sendo submetido a intensificação do seu trabalho, atuando num ambiente de precarização, vem sendo submetido ao sofrimento e vem se configurando como estigmatizado.

Professores-pesquisadores da esfera pública estão longe de alcançar uma condição ideal de trabalho com insumos de acordo com as necessidades requeridas e sem o satisfatório apoio técnico, por parte dos servidores, visando realizar, de maneira equilibrada, as exigências burocráticas provenientes das dimensões administrativa e pedagógica.

Confrontando a identidade social virtual e a identidade social real, o professor-pesquisador configura-se como um estigmatizado desacreditado, considerando a dificuldade de alcançar plenamente os critérios de produtividade impostos pela CAPES e, por conta disso, submete-se ao sofrimento criativo, que constantemente lhe exige o emprego de estratégias pertinentes para combatê-lo, bem como a desconstrução da sua condição de estigmatizado perante seus pares,

alcançando, assim, uma realidade psicológica suportável e recuperando a sua saúde.

Vivenciam, portanto, uma realidade na qual acabam por desempenhar papéis pré-definidos e num contexto de subordinação no qual sentem-se compelidos a assumir identidades virtuais; de desinteresse por terem de investigar problemas que não contemplam suas intenções originais; de perda de liberdade e autonomia ao elaborar seus textos para não perderem de vista a possibilidade de publicar em determinada linha editorial; e, pior, de enfraquecimento de sua saúde, sendo forçados a buscar alternativas que impeçam o seu afastamento do trabalho.

Não demonstram qualquer ânimo de formulação e exequibilidade de novos paradigmas capazes de romper com o paradigma de produtividade vigente, com foco nos critérios de publicação, a partir de práticas emergentes, mas, manifestam reação por meio de contundente reclamação sobre essa situação ou, de acordo com Sguissard e Silva Júnior (2009) desempenham um comportamento de fuga ao optarem por lecionar apenas na graduação ou ao requererem aposentadoria. E, nesse contexto de reação e libertação individual, se descredenciam de seus respectivos programas de pós-graduação por, assim, sentirem-se livres do grilhão inerente à avaliação do trabalho docente, com preservação de sua dignidade e autonomia.

Portanto, a pressão por produtividade, nos termos colocados, tem retirada a necessária motivação dos professores-pesquisadores para se lançarem aos desafios próprios das atividades profissionais nesse nível de ensino, aniquilando, aos poucos, o prazer de formar novos pesquisadores, a vibração de acompanhar o progresso de seus orientandos, bem como o aprofundamento e autonomia qualitativa em suas linhas de pesquisa.

Em resumo, pelo cotejamento realizado, constatou-se apenas na esfera pública federal a existência da intensificação e da precarização do trabalho na pós-graduação, na percepção de coordenadores de programas e de professores credenciados. Entretanto, na esfera privada essas situações não foram percebidas. Houve, sim, o registro de problemas nas relações interpessoais interferindo no ambiente de trabalho, que, também, podem desencadear sofrimento e estigma.

Além disso, vale destacar um importante achado quanto a precarização que se traduz na possibilidade do professor-pesquisador se transformar num tipo de professor sem vínculo empregatício e atuando em diversas instituições como um prestador de serviços terceirizando as suas atividades profissionais. Ou seja, um “professor uber”, selecionado num banco de dados de acordo com o seu perfil técnico-profissional. Estaria aí uma nova forma de precarização das condições de trabalho.

Outro ponto que merece consideração quanto a precarização trata-se das condições praticamente impostas aos professores para lidarem com ferramentas e plataformas de ensino a distância em consequência da pandemia do Coronavírus.

Por conta da realidade impositiva por publicação, os professores da esfera pública e da esfera privada são pressionados permanentemente pelo sistema de avaliação da pós-graduação, o que tem acarretado adoecimento, afetando a sua saúde física e mental e

produzindo sofrimento, de acordo com Dejours (1992) e Dejours; Abdoucheli; Jayet (2007). Além disso, por receberem tratamento discriminatório, nos casos de não corresponderem à lógica da produtividade, passam por processos de estigmatização segundo Goffman (2004).

REFERÊNCIAS

- BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 13.979/20**. Diário Oficial da União. Publicado: 07/02/2020. Edição: 27. Seção: 1. p. 1. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>> Acesso em 09/03/2021.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Medida Provisória nº 934/20**. Disponível em <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141349>> Acesso em 09/03/21.
- CAPES. **Classificação da produção intelectual**. Publicada em 01/04/2014. Atualização em 01/08/2016. Disponível em <http://www.CAPES.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>. Acesso em 18/07/2017.
- DEJOURS. C. **A loucura no trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5ed. ampliada, São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.
- DEJOURS. C. ABDOUCHELI, E., JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. Coordenação Betiol, M.L.S., São Paulo: Atlas, 2007.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução Mathias Lambert. Publicação Original: 1891. Digitalização: 2004. Disponível em <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/92113/mod_resource/content/1/Goffman%3B%20Estigma.pdf> Acesso em 18/11/2015.
- IRAMUTEQ. **Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. Un logiciel libre construit avec des logiciels libres**. Disponível em <www.Iramutec.org> acesso em 10/01/2016.
- MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.
- SUETH, Robson. **Controle do trabalho docente na pós-graduação *stricto sensu*: análise das políticas de avaliação e desdobramentos profissionais**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFF, Niterói, 2017.
- WORDCLOUDS. **generator and tag cloud creator**. Disponível em <www.wordclouds.com> Acesso em 25/01/2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alunos 4, 5, 7, 11, 12, 51, 52, 53, 54, 56, 70, 73, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 106, 107, 109, 114, 127, 128, 130, 138, 141, 142, 144, 145, 147, 182, 191, 192, 197, 200, 202, 203, 207, 208, 209, 210, 211, 216, 217, 218, 222, 224, 227, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 245, 246, 248, 250, 251

Análise de Discurso 196, 197, 200, 204

Aprendizagem 5, 10, 36, 37, 40, 49, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 69, 70, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 89, 90, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 148, 191, 219, 221, 222, 226, 227, 229, 231, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 245, 256

Asesoramiento 6, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33

B

Brincar 7, 38, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 134, 135

C

Circulação 6, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 181, 182, 189

Comunicação 7, 10, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 58, 61, 69, 72, 77, 86, 88, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 100, 107, 114, 119, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 144, 150, 208, 241

Condições de trabalho 2, 3, 4, 8, 11, 17, 81, 119, 120, 243, 246, 250, 252, 254

Consumo consciente 8, 150, 151, 152, 153, 154, 156

Covid-19 59, 60, 61, 70, 71, 72, 73, 74, 123, 125, 129, 212

Criança 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 134, 135, 137, 215

Cultura da Paz 213, 214, 218, 221, 222

Cultura de Consumo 8, 150, 151, 156

Currículo 7, 3, 22, 23, 26, 78, 85, 96, 97, 110, 115, 117, 118, 119, 120, 127, 139, 203, 209

D

Deficiência 8, 118, 187, 191, 192, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Direitos 6, 8, 101, 110, 111, 114, 117, 121, 143, 189, 191, 201, 202, 203, 222, 223, 250

Discurso 8, 15, 42, 57, 110, 120, 147, 150, 151, 152, 156, 157, 167, 175, 181, 182, 186, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 205, 206

Docente 5, 6, 9, 1, 3, 4, 6, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 32, 34, 57, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 73, 76, 78, 79, 80, 83, 85, 96, 97, 100, 102, 104, 108, 124, 127, 130, 144, 159, 164, 168,

182, 189, 190, 192, 194, 203, 217, 234, 238, 243, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255

E

Educação 2, 5, 6, 8, 9, 1, 3, 5, 10, 18, 34, 48, 49, 50, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 147, 148, 182, 188, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 239, 241, 242, 243, 245, 246, 252, 255, 256

Educação Básica 9, 34, 75, 77, 83, 98, 107, 124, 126, 139, 147, 232, 233, 234, 255

Educação do Campo 8, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 255

Educação Histórica 8, 225, 226, 227, 230, 231

Educação Inclusiva 8, 196, 197, 199, 200, 203, 204, 205, 206

Educação Infantil 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 148, 241, 242

Enfoques Tradicionales 19, 32

Ensino 5, 6, 7, 8, 9, 6, 9, 10, 16, 17, 49, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 182, 191, 192, 196, 197, 200, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 212, 219, 221, 223, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 234, 237, 238, 241, 243, 245, 246, 252, 253, 255, 256

Ensino da Matemática 122, 127, 212

Ensino interdisciplinar 141, 145

Ensino Superior 9, 58, 59, 60, 61, 70, 71, 73, 87, 89, 94, 95, 104, 108, 243, 245, 246, 252, 255

Equipe Gestora 75, 76, 77, 78, 81, 83, 84

Estatística 63, 72, 107, 184, 232, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 255, 256

Estigma 6, 1, 3, 10, 15, 16, 17, 18

Estresse 9, 8, 9, 11, 12, 13, 16, 100, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254

F

Foto-elicitación 8, 159, 160, 163, 164, 165, 178, 179

G

Geografia 7, 72, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Gestão Democrática 6, 75, 77, 82, 83, 84, 85, 229

Governo 181, 183, 185, 186, 187, 188, 190, 192

H

História 7, 8, 34, 111, 112, 121, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 183, 184, 194, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 214, 217, 219, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 244, 255

I

Inclusão 5, 7, 8, 4, 96, 99, 107, 124, 133, 139, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 203, 204, 205, 206, 233, 238, 256

Indagación narrativa visual 159, 163

Iniciação Científica 7, 86, 87, 88, 89, 94, 95

Inovação metodológica 141

M

Matriz de experiência 8, 181, 183, 184, 188, 190, 192, 194

Mediação e Formação 86

Mídia 57, 134, 136, 138, 139, 152, 153, 189, 212

Midiatização 6, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Moda consciente 150, 151

Multimodalidad 159

N

Nuevas Concepciones 19

P

Pandemia 5, 6, 7, 8, 1, 9, 17, 58, 59, 60, 61, 62, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 99, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 207, 208, 212

Pós-Graduação 6, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 56, 69, 84, 87, 121, 141, 194, 196, 197, 246, 254, 255

Práticas Pedagógicas 6, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 80, 97, 110, 117, 119, 120, 127, 130, 222, 232, 233

Precarização 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 17

Professor 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 69, 73, 79, 80, 85, 89, 93, 100, 108, 109, 125, 128, 130, 131, 133, 134, 135, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 181, 208, 210, 216, 219, 221, 224, 227, 232, 233, 234, 237, 238, 241, 243, 246, 248, 249, 253, 254, 255, 256

Psicopedagogía 23, 159, 164

R

Reflexión Docente 159

S

Saberes 6, 39, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 72, 79, 84, 89, 90, 91, 93, 96, 109, 120, 127, 131, 133, 145, 148, 161, 181, 182, 183, 188, 189, 190, 192, 199, 204, 205, 216, 222, 223, 229

Saúde Docente 243

Sufrimento 6, 1, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 201, 244, 249, 252, 254

Subjetivação 181, 183, 188, 189, 190, 192

Sustentabilidade 5, 8, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

T

Tecnologia 48, 53, 58, 72, 89, 91, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 128, 133, 136, 191, 215, 241, 246

Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação 7, 61, 86, 88

Tecnologias educacionais 59, 60, 192

TIC 7, 51, 57, 70, 96, 98, 101, 102, 104, 106, 108, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 133

Trabalho docente 5, 6, 9, 1, 3, 4, 10, 17, 18, 243, 245, 248, 249, 250, 252

U

Ubíqua 96, 99, 105, 108

V

Vídeos 10, 50, 51, 56, 90, 91, 92, 207, 209, 210, 211, 212

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021